

Activist-Research in Black: An Interdisciplinary, Transnational Roundtable*

DOI: <https://doi.org/10.18046/recs.i29.3369>

*Pesquisa-ativista em negro: uma mesa redonda
interdisciplinar e transnacional*

*Investigación-activista en negro: una mesa redonda
interdisciplinaria y transnacional*

Chriss Sneed**

University of Connecticut (Connecticut, USA)

Jess Oliveira***

Universidade Federal da Bahia (Salvador, Brasil)

Andiara Ramos-Pereira****

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Brasil)

Larissa De Souza-Reis*****

Universidade do Estado da Bahia (Salvador, Brasil)

Marcio Farias*****

Instituto Amma Pique e Negritude (São Paulo, Brasil)

Amanda Medeiros-Oliveira*****

Universidade Federal da Bahia (Salvador, Brasil)

Ariana Mara Da Silva*****

Universidade Federal da Bahia (Salvador, Brasil)

.....

* Ph.D. Candidate in Sociology at University of Connecticut (United States) with an MA in Sociology from the same university. Research Associate at the Five College Women's Studies Research Center in South Hadley, MA (2018-2019), and past Student Representative of Sociologists for Women in Society (2017-2019). E-mail: chriss.sneed@uconn.edu
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6424-9281>

** Tradutora e doutoranda em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (Brasil). Mestra em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil) e graduada em Letras (português e alemão) pela Uni-

versidade de São Paulo (Brasil) e Freie Universität Berlin (Alemanha). Integrante do Grupo de Estudos Traduzindo no Atlântico Negro (TAN), coordenado pela professora doutora Denise Carrascosa (UFBA). E-mail: bugorel@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7326-2437>

*** Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Brasil) e Mestra em Memória Social pela mesma universidade. Mestra em Estudos Contemporâneos das Artes pela Universidade Federal Fluminense (Brasil). Graduada em História da Arte pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil). Pesquisadora ativista na ARMA Alliance (Anti-Racism Media Activist Alliance). E-mail: andiara.deedee@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9183-1672>

**** Doutoranda e Mestra em Educação e Contemporaneidade pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (Brasil). Especialista em Arte, Educação e Tecnologias Contemporâneas pela Universidade de Brasília (Brasil). Pedagoga pela Universidade do Estado da Bahia (Brasil). Editora do MUCAI (Museu Virtual de Contos Africanos e Itan), portal didático-pedagógico, arte-educativo, transdisciplinar e descolonizador. Líder do Candaces (Grupo de pesquisa sobre Gênero, Raça, Cultura & Sociedade). Membro do grupo de pesquisa Sociedade em Rede, Pluralidade Cultural e Conteúdos Digitais Educacionais. E-mail: larireiss@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4401-006X>

***** Doutorando em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil) e coordenador do Núcleo de Pesquisa e Estudos Afro-Americanos (Nepafro). Mestre em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil). Graduado em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (Brasil). Professor convidado da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia e do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC) da Universidade de São Paulo (Brasil). Membro da coordenação do Instituto Amma Psique e Negritude e coordenador do Núcleo de Extensão e Rede do Museu Afro Brasil. Ex-coordenador e docente do curso de extensão *Violência e Sociedade: Racismo como Estruturante da Sociedade e da Subjetividade do Povo Brasileiro* (2017) do Instituto Sedes Sapientiae. E-mail: t_mfarias@hotmail.com

***** Mestranda em Estudos Étnicos e Africanos pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (Brasil). Bacharel em Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas (Brasil). E-mail: littejoy@gmail.com

***** Internacionalista, historiadora e mestranda em Estudos de Gênero pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (Brasil). E-mail: ariannanek@gmail.com

Cómo citar/How to cite

Sneed, Chriss; Oliveira, Jess; Ramos-Pereira, Andiara; De Souza-Reis, Larissa; Farias, Marcio; Medeiros-Oliveira, Amanda; Da Silva, Ariana Mara (2019). Activist-Research in Black: An Interdisciplinary, Transnational Roundtable. *Revista CS*, 29, 163-194. <https://doi.org/10.18046/recs.i29.3369>

Abstract
Resumo
Resumen

In this panel, a group of Black scholars gathers to discuss political, intellectual, and practical meanings of activist research in the Americas. Talking across the Atlantic, the authors generate responses to questions related to the following topics: knowledge and epistemological orientations, theory, positionality and power, and the alternatives in which socially-engaged research and change are offered. Calling on ruminations from research and personal experience, this article considers how Blackness augments the processes by which scholar activism has been created and understood by the authors. These comments seek to highlight not only the precarity in which such work is defined, but the opportunities that stand to be gained in understanding racial, sexual, and gendered elements of historical and contemporary social life through interdisciplinary and transnational perspectives.

KEYWORDS:

Activist Research, Black Diaspora, Intersectionality, Epistemic Violence, Social Change

.....

Neste artigo, sete acadêmicxs negrxs se reúnem para discutir os significados políticos, intelectuais e práticos da pesquisa-ativista nas Américas. Falando através do Atlântico, xs autorxs geram respostas para questões relacionadas aos seguintes tópicos: conhecimento e orientações epistemológicas, teoria, posicionalidade e poder, além de discutirem alternativas que a pesquisa socialmente engajada e as mudanças sociais oferecem. Recorrendo a reflexões de pesquisa e experiência pessoal, este artigo considera como a negritude intensifica os processos pelos quais o ativismo acadêmico é recriado e entendido pelxs autorxs. Esses comentários buscam destacar não apenas a precariedade em que tal trabalho é definido, mas também as oportunidades que tal trabalho proporciona para a compreensão dos elementos raciais, sexuais e de gênero da vida sócio-histórica e contemporânea por meio de perspectivas interdisciplinares e transnacionais.

PALAVRAS-CHAVE:

pesquisa-ativista, diáspora negra, interseccionalidade, violência epistêmica, mudança social

En este artículo, siete académicxs negrxs se reúnen para discutir los significados políticos, intelectuales y prácticos de la investigación activista en las Américas. Al hablar a través del Atlántico, lxs autorxs generan respuestas a preguntas relacionadas con los siguientes temas: conocimiento y orientaciones epistemológicas, teoría, posicionalidad y poder, y las alternativas en las que se ofrece la investigación y el cambio socialmente comprometidos. Haciendo referencia a las reflexiones de la investigación y la experiencia personal, este artículo considera cómo la negritud aumenta los procesos mediante los cuales los autores han creado y entendido el activismo académico. Estos comentarios buscan resaltar no solo la precariedad en la cual se define dicho trabajo, sino las oportunidades que se pueden obtener para comprender los elementos raciales, sexuales y de género de la vida social histórica y contemporánea a través de perspectivas interdisciplinarias y transnacionales.

PALABRAS CLAVE:

investigación-activista, diáspora negra, interseccionalidad, violencia epistémica, cambio social

Presentation

The concept of scholar activism continues to be widely contested, defined, and embodied. A lasting point of contention regarding the practice of scholar activism has been centered on issues of objectivity and subjectivity, the latter being of particular concern for scholars who may share vested interest in the population(s) of study. This conflict reemerged to the fore of discussion among US social scientists when a hoax project on “grievance studies” circulated across social media in 2018 (The Chronicle of Higher Education, 2018). Yet, like most dichotomies, the objectivity/subjectivity narrative is overly simplistic in its proscriptive qualities. As Glasberg (2012: 394) writes “We ‘do’ human rights every day, in all we do, including our scholarship in the academy as well as outside of it; the dichotomy between scholarship and activism, between theory and application, is a false one”. Despite this imprecision, the continued polarities between scholarship and activism have structural, epistemological, and practical influences on methods, the shaping of what is considered to be data, and thus, who produces authentic forms of knowledge. Thus, Berger writes that, to engage in activist research is:

(...) to remember, to make visible, to imagine, and to fight as part of social movements: to read their journals and books, to attend their conferences and meetings, to participate in their organizations and campaigns, to learn from as much as about, to honor the ever-presence of intellectual and physical labor happening outside the academy. (Berger, 2016: 224)

Such a commitment is colored by one’s social position much like the potentialities of social change which can emerge. In this article, seven scholars—ranging in age, career, location, and academic field of study—extend this discussion by centering the particularities and insights which become illuminated by “scholar activism while Black.” Facilitated by questions related to knowledge and epistemological orientations, theory, positionality, power, and social change; this piece—presented in a multilingual, interview format—is both theory and practice of transnational solidarity-making within the Black [Atlantic] Diaspora, most directly represented by voices from Brazil and the United States. Thus, in doing so, this article offers alternative models for thinking of—and engaging with—questions related to public scholarship and activism within/beyond academy. Following Crenshaw (1989: 167), we are reminded that “[t]he goal of this activity should be to facilitate the inclusion of marginalized groups for whom it can be said: ‘When they enter, we all enter’”.

Apresentações

To open this discussion on the reflexive practice that is so often associated with critical scholar-activist engagements, let's start with self-introductions: Who are you? What "academic" discipline is you working within/from? Where are you located?

Larissa Reis: Sou pedagoga. Mestre e Doutoranda em Educação e Contemporaneidade pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da UNEB (Universidade do Estado da Bahia), com atuação na linha de pesquisa Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural. Especialista em Arte, Educação e Tecnologias Contemporâneas pela Universidade de Brasília (UnB). Educadora com atuação em projetos arte-educativos em espaços públicos, com o foco nos jogos teatrais e em contações de histórias africano-brasileiras. Sou também editora do MUCAI (Museu Virtual de Contos Africanos e Itan)¹, portal didático-pedagógico, arte-educativo, transdisciplinar e descolonizador. O MUCAI valoriza o universo dos contos africanos de tradição oral de origens banto e iorubá. Atualmente, minha prática docente está concentrada em minicursos, palestras, seminários e oficinas, seguindo a temática investigada e aplicada com o museu.

Ariana Mara da Silva: Sou internacionalista, historiadora e mestranda em Estudos de Gênero pelo Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos na Universidade Federal da Bahia (UFBA) na Geograficamente, estou em Salvador e epistemologicamente em descoberta. Sou professora de história em um cursinho popular e estou pensando se fazer doutorado é meu único caminho possível, no momento.

Jess Oliveira: Sou tradutora. Sou graduada em Letras (português e alemão) pela Universidad de São Paulo, mestra em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutoranda em Literatura e Cultura pela UFBA. Meu campo de reflexão vai desde à Linguística, passa pelos Estudos da Tradução, Estudos Culturais, Ensino de Língua Estrangeira, Crítica e Teoria Literária, *Queer of Color Critique*, Branquitude Crítica e pela Teoria Racial Crítica. Mobilizo essas e outras disciplinas para analisar, criticar, me implicar, traduzir e produzir pensamento negro. Geograficamente me encontro na Diáspora Africana no Brasil, mas sempre em trânsito epistêmico com produções culturais negras diaspóricas e do continente.

.....
1. See <https://www.museumucaai.com>

Chriss Sneed: These days, I am more into understanding the ways in which I have been “disciplined” through sociology; particularly in the moments wherein I make gestures towards other fields or interdisciplinary ways of thinking. As a Ph.D. candidate at University of Connecticut, New England, within the United States, I do my work from a particular socio-political vantage point, one that I attempt to use strategically as much as academy allows. Yet, I am pulled to what you mentioned here, that is, I am in a continuous movement(s) in terms of epistemological orientations, of ways of coming to and conceptualizing social research. At this current juncture, it seems to me as important to understand and claim the influences of Black Queer Studies, Queer of Color Critique, Black feminist, and intersectional theorizing, as it is to make methodological claims to any field. To fail to do so is a type of mis-memory I am not interested in committing, despite institutional pushes to do otherwise.

Amanda Medeiros Oliveira: Quem eu sou é uma pergunta que talvez eu nunca consiga responder. Talvez quem eu estou ou onde eu sou o quê. Inspirada pelas palavras de Dionne Brand, o pensamento me leva ao próximo lugar, ou até o meu próximo ser. Eu nasci numa cidade no Sul do Sul do Brasil, uma cidade majoritariamente negra, mas que vive um apartheid fora da lei e que sofre de uma nostalgia colonial. Nasci em uma terreira na cidade de Pelotas-Rio Grande do Sul, criada por uma família extensa de pessoas de religiões de matriz africana ou como eu prefiro dizer religiões da diáspora africana no Brasil, fui criada ouvindo sobre blocos negros de carnaval, clubes negros... Sempre vivi entre dois mundos muito diferentes e, para o ocidente, mundos antagônicos que eu administrava com certa normalidade até entrar no bacharelado em Antropologia.

Conhecida pelo seu legado colonial e imperialista, na Antropologia, eu sou o Outro. Mas um Outro revoltado, que insiste em produzir antropologia e não ser apenas matéria-prima de antropólogos/as brancos/as ocidentais. Na antropologia que eu faço, procuro praticar uma antropologia que me permite viver ambos os mundos sem ter que abdicar de nenhum. Eu sou bacharel em Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas e atualmente faço mestrado em Estudos Étnicos e Africanos pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos. Minha produção epistemológica está em diáspora, assim como eu. Na esteira do que comentou Jess e Chriss, também me insiro nesse trânsito epistêmico muito inspirada pelos Feminismos Negros, *Black Queer Studies*, *African Queer Studies*, Afrocentricidade, Estudos Decoloniais, *Africana Studies*, Pan-Africanismo, Estudos de Gênero, *Black Anthropology*, Epistemologias Ameríndias, *Indigenous Anthropology* e *Critical Whiteness Studies*.

Andiana Ramos Pereira: sou pesquisadora ativista na ARMA Alliance (Anti-racism Media Activist Alliance)², doutoranda no Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e desenvolvedora de conteúdo para TV, Cinema e Internet. O trabalho que venho desenvolvendo na ARMA Alliance é parte de uma pesquisa comparativa sobre a produção midiativista das mulheres negras no Brasil e na Finlândia. Criada e coordenada por pessoas negras dos dois países. A ARMA Alliance busca promover diálogos e atividades entre pesquisadores e ativistas negros e não-brancos através da troca de conhecimentos, da produção de publicações criativas e do networking internacional. Isso significa que a pesquisa se faz também a partir de uma elaboração intelectual de ordem prática, que ocorre em encontros e eventos públicos como palestras, oficinas e conversas. E também significa que a forma como devolvemos essa pesquisa para as comunidades nas quais estamos envolvidos nem sempre é através de publicações acadêmicas, podendo acontecer também na forma de materiais audiovisuais e obras relacionadas. Tendo como principal objetivo compreender a relevância das mídias digitais nas lutas antirracismo, queremos aprender com as semelhanças e diferenças entre ações antirracistas em diferentes localidades do globo terrestre para que possamos colaborar com as estratégias de atuação dessas mesmas lutas.

Para esse fim, tive a oportunidade de conhecer e conversar com mulheres de importantes organizações negras latino-americanas, como a Criola³, o Instituto Gledés, as Blogueiras Negras, as Intelectuais Negras, a Rede Cyberativista de Mulheres Negras, a Bibliopreta, o Portal BlackFem, as Jornalistas Pretas, o Coletivo Nuvem Negra, as Meninas Black Power, a PretaLab, além de conversar com mulheres negras de organizações mistas como a Justiça Global e a ONU Mulheres, e de setores de comunicação da grande mídia, como da Rede Globo e do Intercept, além de *youtubers* negros com amplo e médio alcance. A minha relação com a ARMA Alliance se iniciou com um difícil processo seletivo que se positivou, em grande medida, pelo fato de meu projeto de doutorado ser uma pesquisa-ativista interessada pela escrita acadêmica das mulheres negras e pelo modo como essa escrita normalmente se faz com corpo e experiência. Eu me envolvi desde o início da graduação com a militância organizada e meu trabalho acadêmico sempre acompanhou o meu engajamento político em movimentos feministas e LGBTIQ⁴. Mas foi somente a partir do meu contato com a Criola, especificamente com o Curso de Atualização – “A Teoria e as Questões

.....

2. See <https://www.facebook.com/TheARMAAlliance>

3. See <http://www.revistas.usp.br/clt/issue/view/8670>

4. Lesbica, gays, bissexuales, transgênero, intersex, e cuir.

Políticas da Diáspora Africana nas Américas”, de 2018– que fui começar a racializar as minhas pautas. Minha pesquisa acadêmica vem se enegrecendo desde então.

Marcio Farias: Sou graduado em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2011), mestre em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica - São Paulo (PUC-SP) (2015), doutorando em Psicologia Social na PUC-SP e coordenador do Núcleo de Estudos Afro-americanos (NEPAFRO). Trabalhei como professor convidado da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) e atualmente estou como professor convidado do Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC) da Escola de Comunicações e Arte na Universidade de São Paulo Também sou membro da coordenação do Instituto Amma Psique e Negritude. Fui coordenador e docente do curso de extensão Violência e Sociedade: Racismo como Estruturante da Sociedade e da Subjetividade do Povo Brasileiro (2017) do Instituto Sedes Sapientiae. Esse curso rendeu a publicação de um livro organizado por mim e por mais três colegas, cujo título tem o mesmo nome do curso. Meu principal trabalho atualmente é na função de Coordenador do Núcleo de Extensão e Rede do Museu Afro Brasil.

Em outras atividades afins, fui coordenador e docente do Curso AfroLatino-América do Centro de Formação da Ong Ação Educativa. Componho o Conselho do Instituto Luiz Gama. Também atuo como membro de Comissões de Avaliação de Ações Afirmativas em Concursos Públicos para a Fundação Carlos Chagas. Coordenei a equipe do educativo da exposição “Pretatitude: Insurgências, emergências e afirmações na arte”, no Sesc São Carlos. Fui parecerista de Projetos Culturais e Artísticos da Funarte. Palestrante e conferencista sobre relações raciais. Fui professor em cursos de extensão sobre movimentos sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e no Programa de Extensão Acadêmica Abdias do Nascimento pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Em pesquisa, vinculo-me aos estudos sobre pensamento social latino americano e relações raciais; questão racial e lutas de classes na América Latina; e imigração negra em São Paulo e Buenos Aires.

CS: With the exception of Andiará, whom I sincerely hope to meet soon, I proposed this article after discussing Blackness—its inequities, divergent embodiments and histories, and potentials—with each of you. This is testament to my own scholarly interests, most recently embodied in my dissertation: a multi-sited, qualitative analysis of the ways in which identity—specifically Blackness as a sociopolitical construct—is related to individuals’ involvement in social justice initiatives. Could you describe your own research or current vocations?

JO: Meu foco é a produção e re-contação de narrativas e conhecimento negros. Além da minha atual pesquisa de doutorado, que se concentra num estudo comparativo entre a produção lírica negro brasileira e negro alemã, trabalho como tradutora de intelectuais negras da diáspora, editora e fazedora de livros artesanais.

LR: Tenho me dedicado a pedagogia descolonizadora, enquanto ação política de enfrentamento dialógico contra o racismo. No doutorado, minha pesquisa está concentrada nos estudos africanos, mais notadamente no campo da diáspora negra do Brasil, com os povos bantos e iorubás que se concentraram em Salvador(BA), na região do Cabula/Beiru. A minha pesquisa está concentrada no “musear” pedagógico, por meio de contos africanos e itan⁵, enquanto auxílio para o enfrentamento ao racismo no Ensino Fundamental I.

CS: How do you go about that?

LS: Estou trabalhando com a pesquisa aplicada nomeada DBR (*Design Based Research*) e os métodos que tenho utilizado são essenciais para a contextualização de todo o processo investigativo e também de aplicação, considerando as iniciativas de produção colaborativa com a comunidade participante da pesquisa. A alternativa que a DBR oferece é de deslocar a posição do sujeito para ser coautor(a) das produções, ao invés de ser unicamente um corpo objeto de análise.

ARP: No momento meu foco é no ativismo das mulheres negras. Então, estou voltada para os encontros presenciais e também para o acúmulo de referências bibliográficas, nesse caso, tanto de mulheres quanto de homens negros. Quero entender mais profundamente os modos como essas mulheres se apropriam de tecnologias digitais e se movimentam nas redes sociais. E de que modo elaboram as experiências de opressão racial que vivem, gerando resistências corpo-políticas.

CS: In terms of methods, what shapes your work?

ARP: Os métodos que utilizo são: compartilhamento de vivências, no sentido de habitar os mesmos espaços, e, em certos casos, entrevistas. Eles são importantes, pois me ajudam a melhor compreender outras perspectivas acerca de um contexto partilhado. Cabe ressaltar que habitar os mesmos espaços significa que eu normalmente pesquiso no interior de espaços políticos nos quais estou diretamente

.....
5. Ancestral oral stories of Yoruba peoples.

concernida. Não se trata do tradicional movimento antropológico que vai a uma comunidade estranha/distante para lá viver por um tempo e depois traduzir sua cosmologia para o vocabulário ocidental. O que proponho é uma autocriação, uma narrativa sobre um contexto por quem nele vive e constrói relações de reciprocidade. Essa é uma grande alternativa para a produção de conhecimento contemporânea, pois a autocriação significa que deixaremos de ser, como diria Lélia Gonzalez (1983), “falados, infantilizados”, e passamos a falar em primeira pessoa. Isso abre uma outra perspectiva de produção de conhecimento, na qual podemos nos identificar, como pessoas negras, com o que é escrito, com a bibliografia, e nos ver não como objetos, mas como produtores/as.

AS: Meu foco geral são sempre as sapatões negras e pensar como nós atuamos individualmente e/ou coletivamente e também como/porque não atuamos. Atualmente pesquiso sapatões amefricanas⁶ e ameríndias que fazem rap na América Latina, fazendo uma reflexão de como essa intelectualidade chega onde pesquisador/escritor/acadêmico nenhum nunca vai chegar por meio de um ativismo decolonial existente muito antes de alguém inventar um termo para isso.

MF: estudo o fenômeno da migração africana contemporânea ao Brasil e à Argentina. Minha hipótese de pesquisa é a de que esse fenômeno se apresenta num duplo estatuto: como uma nova forma de objetivação do racismo na América latina e como mais um capítulo da luta de classes na região. A de sociabilidade cotidiana marcadamente racista exige desses indivíduos não só a luta por direitos, condições dignas de vida e trabalho, mas também a necessidade de afirmação de uma especificidade que é negada. Ou seja, imigrantes africanos no Brasil e na Argentina, dada as especificidades e particularidades do “racismo à brasileira” e do “racismo argentino”, teriam de afirmar positivamente suas condições enquanto negros, forjando a luta não só com um caráter objetivo em torno da luta por direitos ou melhores condições de trabalho, mas também simbólicos e subjetivos, por serem subjugados na sua humanidade.

AM: Em geral meu foco são as pessoas negras (risos)... Nossas vidas e o que elas nos permitem conhecer, experimentar, ser. Desde a graduação em Antropologia que venho pesquisando Antropologia Negra e ensaiando novas metodologias decoloniais. Tenho vários projetos em andamento, sobre branquitude transnacional, Queer African Studies, Black Queer Studies, estudos das relações étnico raciais e estudos de gênero. Tenho trabalhado também em uma crítica antropológica ne-

6. As articulated by Gonzalez, Lélia (1988). A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, 92-93, 69-82.

gra des/decolonial à antropologia. Na graduação, defendi a monografia “Por uma corpo-política do conhecimento: colonialidade e branquitude na representação da diáspora senegalesa em Pelotas-RS”, que discute alguns desses projetos. Em meio a essas pesquisas estou fazendo mestrado na linha de estudos africanos, e minha pesquisa é uma etnografia da circulação transatlântica das ideias de raça e gênero e das percepções de mulheres africanas sobre raça e gênero dentro dos seus percursos migratórios no Brasil.

CS: For anyone who would like to answer, what compelled you to these works, respectively?

AM: Na academia? Sempre fui criada pelas minhas famílias na base de “ninguém pode tirar de você o estudo”, “você tem que estudar pra conseguir um bom emprego”, ou seja, o estudo enquanto uma possibilidade de estabilidade financeira. Minha família é uma família de lavadeiras, costureiras, marceneiros e professoras. Para a primeira pessoa ingressar no magistério, seis irmãs/ãos trabalharam. Minha mãe sempre narra essa história, para demonstrar que as famílias negras sempre tiveram cotas, ações afirmativas, ou seja, estratégias coletivas de ascensão social e reparação histórica. Então, entrei na universidade porque precisava ter diploma de um curso superior. Escolhi Antropologia porque durante o Ensino Médio havia lido uma etnografia sobre religiões da diáspora africana na minha cidade e tinha me reconhecido inteira, pela primeira vez. Fui criada sabendo que deveria esconder as “marcas” da minha religião em meu corpo, sabendo que não deveria comentar sobre a minha religião por medo dos efeitos trágicos do racismo na escola, mas vi de início, na Antropologia, uma possibilidade de integridade. Embora a religião não seja o meu tema de interesse, nem algo que eu pretenda estudar, foi a partir dela que me aproximei da Antropologia.

LR: As minhas vivências enquanto mulher negra demarcaram uma infância que foi afetada por discursos e práticas de discriminação racial. Eu já observava, especialmente na escola, ainda na Educação Infantil, que o tratamento que eu recebia era diferenciado e bastante parecido com o de outras crianças negras. Sempre gostei muito de ler histórias, mas não me enxergava em nenhuma delas. Quando ingressei na universidade, a discussão sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais me despertou para um movimento de contramão, uma busca por enredos que possibilitem aos descendentes de africanos um processo de (re)construção identitária. Consegui fazer esse movimento em mim mesma e hoje me mobilizo a auxiliar outros sujeitos, por meio da Pedagogia.

AS: Seguindo Larissa: a vida! Estou brincando; mas, na verdade foi meio que a falta de perspectivas. Entrei na universidade acreditando piamente na salvação da minha vida (sair da periferia e ganhar dinheiro) e descobri que não era. Aí como já não havia outras perspectivas, decidi ficar e ver como me virava nesse ambiente. Já que dali não sairia, resolvi pesquisar o que as sapatões negras como eu andam fazendo da vida. Sei que parece um lugar simplista, mas não há explicação mais sincera que essa!

MF: Como integrante do Movimento Negro paulistano, minha ideia para o mestrado era pesquisar sobre a biografia dos novos líderes do movimento na cidade. No entanto, durante o processo para entrar no mestrado, comecei a acompanhar as discussões promovidas pela minha então futura orientadora Fulvia Rosemberg. Naquela circunstância, como estudiosa das relações raciais, ela se dedicava ao tema da primeira infância (0-3 anos) e criticava a negligência do movimento negro para este tema. Daí, quando da entrevista, e já tendo entregue o projeto de mestrado, como que num fluxo de consciência misterioso, no momento em que ela me perguntou sobre o meu tema eu disse: “então, mas na verdade quero pesquisar imigração!”. Ela acenou positivamente com a cabeça e me disse que defenderia a minha entrada. Daí, desde o mestrado estou nessa seara e creio ter sido uma decisão acertada.

Discussion

Conhecimento

CS: Activist research relies—at least, in some part—on the development of alternative ways of thinking, listening, and creating knowledge. To do such work, scholar-activists often move away from universalist ideas of “Human” and “human nature” that overrepresent anglo/euro-centric, white, cisgender, male perspectives on social life. Using Brazil as example of occidental and hegemonic narratives of history, Carneiro (2003) has elsewhere articulated how these processes of colonial knowledge-making are often woven into historical memories that negate legacies of sexual trauma perpetuated by Black and indigenous population. Crossing oceans, Spillers (2003) also re-tells stories ordinary familial boundaries in ways that highlight the dense legacy of racial, sexual, and capital-based violence inherent to the structure and growth of North American empire-building. Thus, scholar-activists often re-approach ideas of knowledge by viewing dominant perspectives not as neutral or inevitable occurrences but rather, as “processes made possible only on the basis of the dynamics of a colonizer/colonized relation that the West was to discursively constitute and empirically

institutionalize on the islands of the Caribbean and, later, on the mainlands of the Americas” (Wynter, 2003: 264). Given this background, could any of you tackle the following questions: how do you define knowledge? What are the ways in which one can come to ‘know’? How is knowledge produced in and through your research?

LR: Na minha pesquisa, eu busco o conhecimento ancestral imerso na sabedoria da tradição oral africana que chegou ao Brasil com a diáspora negra. Há um embate entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular. O meu entendimento sobre o conhecimento e o conhecer, ultrapassa esses muros. Isso porque se a universidade pesquisa o que está dentro e fora de seus muros, ela não tem que homologar nada, até porque a cultura popular já existia antes da universidade: ela não precisa da academia pra ser o que ela é. O conceito verdade absoluta já não cabe mais e nem se sustenta mais! Em um movimento de contramão, pesquiso outras narrativas, diferentes das que foram escritas por uma elite que institucionaliza e define: o que é ou não conhecimento; o que é certo ou errado; e, principalmente, o que é ser negr@ ou não. Como pode se falar d@ negr@ e não respeitar o lugar de fala del@?

MF: Conhecer é desvelar o oculto. É negar as aparências, buscando as conexões mais complexas das coisas, da vida e do mundo.

JO: Acho que conhecimento necessariamente é algo que passa pelo corpo, senão como posso conhecer algo? Se não nos implicamos na pesquisa, crítica, teoria que estamos produzindo e, principalmente, se essas produções não se desenvolvem desde – e não alcançam e/ou retornam – para a comunidade, elas fazem muito pouco sentido. Quando o conhecimento é algo que se sente, ele faz sentido! tornando-se algo basilar a partir do qual sempre reelaboramos. Ele é então algo que nos constitui, configurando as maneiras que navegamos todos os espaços. É uma ética também conosco e com nosso povo. E esse corpo/conhecimento é, portanto, físico e imaterial, por ser ancestral. Nossa ancestralidade nos foi e continua sendo negada, portanto, nosso conhecimento também. Sob esse pano de fundo, acredito que desafio ideias hegemônicas quando inverto a ética branca do afastamento para com o “objeto” de estudo, a dicotomia mente e corpo, objeto e sujeito, etc, me implicando na produção de conhecimento, além de focar e estruturar meu pensamento a partir de teóricxs negrxs. Dessa forma, esse conhecimento é para mim conhecimento, sobretudo porque gera mudanças internas e externas, pessoais, psicológicas, afetivas, epistemológicas, sociais, históricas e comunitárias.

Teoria

CS: Relatedly, there is a particular way in which Blackademics, Blacktivists, and those who inhabit these two realms simultaneously are pushed into a paradoxical relationship with “theory.” At times, Black subjects are taken as pre-theory, that is, sites in which outside observers may acquire rudimentary sentiments and subsequently make “real” theory using but not including those subjects as knowledge makers. On this, Barbara Christian has written the following:

The race for theory – with its linguistic jargon; its emphasis on quoting its prophets; its tendency toward “biblical” exegesis; its refusal even to mention specific works of creative writers, far less contemporary ones; its preoccupations with mechanical analyses of language, graphs, algebraic equations; its gross generalizations about culture – has silenced many of us to the extent that some of us feel we can no longer discuss our own literature, and others have developed intense writing blocks and are puzzled by the incomprehensibility of the language set adrift in literary circles (Christian, 1988: 69).

Other times, Black theorizing is codified as a peripheral space of thinking: it becomes “area-studies” instead of “pure theory.” In both cases, Blackness becomes a cause of concern, a disruption, or, as articulated by Ellison, Green, Richardson, and Snorton (2017:2), “Black is a modifier that changes everything. The power of blackness to change all that comes after is part of its close relationship to death. To be preceded by death is to pull meaning into ‘dense and full space’”. In recent years, questions relating to these ideas—the potentials and pitfalls of Blackness in conversation with theory—have gained significant attention within my scholarly/public work. What does theory mean for you and how does theory function with your works, respectively? Are there any particular traditions or perspectives that you are speaking to and with?

LR: Vejo a teoria enquanto uma concepção, um conceito, mas que nunca se esgota por si só. Contudo, tenho a autonomia de escolher uma epistemologia para seguir na minha caminhada. Busco ideias que contemplem o recorte racial, em uma perspectiva educativa e que contextualizem com o meu lugar de fala. Isso tem me angustiado um pouco, devido ao fato de que a academia ainda prioriza/reconhece outros campos e quando se discute outras concepções que também perpassam por este espaço de recorte racial, soa como algo estranho, combativo e vitimista, especialmente quando quem fala é uma pesquisadora preta. Na minha pesquisa, diálogo com conceitos de autores(as) como: Narcimária Luz (2013) (descolonização, arkhé); Eduardo Oliveira (2009) (ancestralidade africana); Kabengele Munanga (2018) (racismo); Ana Célia da Silva (2004) (discriminação do negro no livro didático); Djamila Ribeiro (2017)

(lugar de fala); Júlio Braga (1980), Vanda Machado (2002) (tradição oral, contos afro-brasileiros).

ARP: A teoria pra mim é uma possibilidade de engendramento do real. Quando nos deparamos com um determinado fenômeno, esse fenômeno não significa antes de uma atribuição discursiva que o defina e o valore. A teorização faz isso, define e valora. Se as ciências modernas europeias detiveram a exclusividade de criação de sentido e de juízos de valores para os fenômenos que tomavam como objeto, hoje é possível identificar um forte movimento de resistência epistemológica que encontra na teoria a chance de criar novos conceitos e contranarrativas. Me alio a essa concepção de teoria que mais se aproxima da produção de saberes acumulados por posição e contato, isto é, por experiência. A teoria pode ser resultado de uma elaboração distanciada, objetiva e neutra – o ocidente acredita nessa fábula, mas a teoria também pode ser resultado de um tipo de elaboração que se dá pela promiscuidade. O que quero dizer com isso é que a teoria pode se fazer a partir da mistura de quem produz a teoria com o contexto a partir do qual a teoria é produzida, num movimento de incorporação que sempre será local, subjetivo e parcial, e ganhará contornos de gênero, raça, sexualidade, etc. As teorias que colaboram para que eu pense dessa maneira advém da produção intelectual das mulheres negras organizadas no feminismo negro norte-americano e brasileiro e também da pesquisa-ativista propriamente dita. Procuo dialogar com outras mulheres negras e pessoas LGBTIQ. E o principal desafio que encontro hoje na universidade é um currículo totalmente branco. Se por um lado, no Brasil há um sistema de cotas que faz com que mais pessoas negras ingressem na universidade, por outro lado, não há qualquer política de estímulo à permanência na universidade. Não vemos professores/as negros/as, nem temos acesso à bibliografia negra, o que faz com que muitas vezes não tenhamos qualquer identificação ou perspectiva de continuidade no ambiente acadêmico.

JO: Me coloco em relação à teoria de maneira bem semelhante à que a Andiar Ramos se coloca, isto é, teoria é uma possibilidade, ou possibilidades, de elaboração da realidade. Me lembro também das palavras marcantes e decisivas da bell hooks (2013) no início do quinto capítulo “A Teoria como Prática Libertadora” de *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. hooks começa a discussão dizendo que chegou à teoria “porque queria fazer a dor ir embora”, vendo na teoria “um local para a cura”. Nessa confluência, teoria para mim é um lugar de existência e de me posicionar criticamente no mundo. É onde eu e as minhas comunidades transnacionais somos sujeitos e onde elaboramos nossas histórias, experiências, libertação, passados, presentes e futuros, não só de dores, mas de vastas, profundas

e transformadoras produções culturais e epistêmicas. É espaço de potência e de vida, onde podemos ouvir e dialogar com nossxs mais velhxs, trazê-lxs para a conversa, e também com quem virá e lerá/viverá o que foi produzido e vivido anteriormente.

A teoria é um âmbito de reontologização para as pessoas negras e com isso gostaria de deixar nítido que não falo estritamente de teoria enquanto produção escrita acadêmica abstrata, mas sim de práticas, que implicam uma ética, articulando e fazendo sentido tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, que não são instâncias isoladas. Nesse sentido, fazer teoria pra mim tem sido dialogar fora e dentro da universidade com sujeitos negrxs, antirracistas, anticoloniais que refletem na = e fazem parte organicamente = da minha existência, e me reconstituem enquanto sujeito e comunidade. Muitas vezes, o ponto crucial desse meu posicionamento teórico é o exercício da tradução, que entendo como prática de escuta e ampliação justamente de vozes, escritas, existências e resistências negras. As traduções aumentam o poder de alcance de vozes e ideias, rizomatizando mensagens e pontos de produção de crítica, de narrativas, de escutas e de (auto-)conhecimento. Todos esses movimentos são, em última instância, contramovimentos, ao grande desafio de pensadorxs negrxs na academia que ao meu ver é o epistemicídio, do qual depende a ciência moderna e a própria uni-versidade com sua visão uni-lateral acerca do que é conhecimento.

MF: Teoria é a apreensão ideal e sistematização do movimento da realidade. Parto do entendimento do racismo enquanto ideologia que permeia as relações sociais e que se concretiza nas relações interpessoais como uma expressão do preconceito enquanto fenômeno social, inserido na cotidianidade. Neste ponto, as categorias dimensão subjetivada da realidade (Furtado, 2009), os escritos sobre vivência, sentido, significado e mediação da linguagem de Lev Vygotsky (1896-1937) são fundamentais para a minha proposta de pesquisa. Entendo ainda, o profundo diálogo desses autores com a proposta analítica de Frantz Fanon (2008). Meu trabalho também dialoga com o conjunto de estudos sobre relações raciais no Brasil e na Argentina. Dos autores contemporâneos, Carlos Hasenbalg, Antônio Sérgio Guimarães, Alexandre Frigeiro, George Reid Andrews, Lea Geler e Kabenguele Munanga são autores imprescindíveis para o afinamento analítico do meu estudo, sobretudo pela maneira como articulam as diferentes possibilidades de categorias/conceitos para os estudos sobre relações raciais. Em relação ao debate de raça e classe, os estudos de Clovis Moura, Octavio Ianni e Florestan Fernandes são utilizados como referência heurística. As contribuições da psicologia para o entendimento das relações raciais alicerçam este estudo, sobretudo os estudos clássicos de Virgínea Leone Bicudo, Neusa Souza Santos, Isildinha Nogueira, Maria Aparecida da Silva Bento e Fúlvia Rosemberg. Também faço o resgate dos estudos clássicos da psicologia social sobre a

condição de vida e experiência de trabalhadores como Gonçalves Filho e Bosi (1999), bem como estudos contemporâneos em psicologia social sobre imigração: Carignato, Rosa; Pacheco Filho; DeBiaggi; e Debieux. Por último, também subsidiam a minha pesquisa os estudos contemporâneos sobre imigração no Brasil e na América Latina.

CS: Taking agreement with Marcio, I think “theory”—in academy and otherwise—is a type of fundamental scaffolding of our social world. Yet, this question comes from a place of tension, for, as Larissa mentions, I find myself and my research in ruptured spaces: collisions of old histories and inter/futurative-generational poise, trauma, ways of seeing. By using futurative, I am purposefully conjoining ideas of future—that is, what is to come—and the transient, runaway nature of fugitivity where Blackness resides. To Blackened theory, is to turn away from narratives of endless “progress” and instead, to commit acts of remembrance and intention as we conceptualize and mark all of our works. And, though the United States has presumably etched space for these conversations to take place institutionally (through the establishment of Black studies, feminist studies, and other marginal departments), there are many barriers for the productions of theoretical or practical manifestations of such activities.

Aside from decline in funding, space, and the continued devaluation of existing critical theorists across the nation, I find myself—in a way which I think speaks in parallel with Andiar and Jess—thinking more and more about the fact that I have only ever had two Black professors throughout my post-secondary studies. By a stroke of luck, they were from the same department, *Sociology & Anthropology* at St. John’s University; but generally, this is emblematic of the ways in which access to theory and theory-making is segmented, at best. I am still mourning this segmentation, this bubbling wake which Christina Sharpe describes as “spaces where we were never meant to survive, or have been punished for surviving and for daring to claim or make spaces of something like freedom” (Sharpe, 2016: 130). This affect/process, is thus, integral to how I not only understand theory, but do it: my deep compulsion towards reading, devouring, collaborating, and imagining with Black scholars is a way I am trying to make alternatives to the contemporary. Theorizing is the practice of Octavia E. Butler’s beckoning to “take root among the stars” (Butler, 1993: 84).

Poder

CS: For minorized (“marginalized”) scholars working with and through academy, there are curious moments in which we occupy overlapping positions and ways of seeing that can be used as tools of resistance. Often, this has been talked about through the figure of the trickster—a person whose multiple knowledges and histories

challenge hegemonic discourses, practices, and powers. For example, Anzaldúa (1987: 79) writes:

The new mestiza copes by developing a tolerance for contradictions, a tolerance for ambiguity. She learns to be an Indian in Mexican culture, to be Mexican from an Anglo point of view. She learns to juggle cultures. She has a plural personality, she operates in a pluralistic mode—nothing is thrust out, the good the bad and the ugly, nothing rejected, nothing abandoned. Not only does she sustain contradictions, she turns the ambivalence into something else.

Yet, as Black scholars, the ability to perform the trick—that is, to pass as ambiguous amalgamations of culture, space, place, time—is a much more precarious act. The demarcations of belonging, access, and support are often felt on the body as we navigate the aptly named “Ivory Tower.” Moreover, for those of us dedicated to undoing violences—whether they be interpersonal, historical, institutional, structural in nature—we encounter complicated vestiges of power, privilege, and uncertainty. Below, in *Report from the Bahamas, 1982*, June Jordan wrestles with this dynamic:

My ‘rights’ and my ‘freedom’ and my ‘desire’ and a slew of other New World values; what would they sound like to this Black woman described on the card atop my hotel bureau as ‘Olive the Maid’? ‘Olive’ is older than I am and I may smoke a cigarette while she changes the sheets on my bed. Whose rights? Whose freedom? Whose desire? And why would she give a shit about mine unless I do something, for real, about hers? (Jordan, 2003: 8).

I use Jordan here to purposefully bring up the thorny, precarious nature of power: it appears in unexpected places, provides challenges, opens opportunities. How do you understand power? How does power influence your research or work within/outside academy? How do you navigate power struggles within your research?

LR: Vejo o poder como uma estratégia de controle por parte de uma “autoridade”. Contudo, ao mesmo tempo que o poder pode ou não oprimir, a autoridade que possui esse domínio pode alavancar oportunidades para aqueles sujeitos que estão à margem desse poder, digo, das possibilidades de participar politicamente das discussões e das ações sociais. O poder está presente muito fortemente na ambiência da pesquisa que estou realizando. Noto o poder institucional que oprime e limita o que “pode” ou não ser ensinado nas escolas; o que “pode” ou não ser registrado nos materiais didáticos. Além disso, noto este poder no âmbito universitário, quando a academia caracteriza o que é ou não pesquisa e qual a melhor forma de se investigar

(o método de pesquisa perfeito!). Entretanto, noto também a estratégia de visibilizar ainda mais uma cultura que tem sido estereotipada por uma elite institucional. Defendo a valorização da história e da cultura afro-brasileira enquanto ação política. É uma luta pelo poder, pelo lugar de fala, pelo direito de se conhecer outras versões da História, até porque como sabemos, quem escreveu os enredos postos e registrados foram os ditos “vencedores”, digo, os sujeitos que ocupam um lugar de autoridade, de poder! Visualizo o poder também nas relações cotidianas, a exemplo da relação entre professor(a) e alun@.

ARP: Tenho trabalhado desde a graduação com uma perspectiva “foucaultiana” de poder. Poder disciplinar, poder capilar, biopoder, todas essas formas de poder de algum modo aparecem no desenvolvimento do meu pensamento e texto. Isso porque essas perspectivas abordam o poder desde sua relação com o corpo, o que me interessa bastante. Assim, acredito que: 1) o poder é produtivo e o sujeito é um de seus primeiros efeitos; 2) o poder opera com uma produção de saber associada; 3) o poder é móvel, local, instável e não necessariamente se efetiva de cima pra baixo, também ocorre em relações recíprocas; 4) reforçando, o poder não está aqui ou ali, ele circula, e desse modo, todos podemos ora exercer, ora ser alvo do poder (a teoria da interseccionalidade, em certo sentido, está alinhada com essa noção de poder, pois evidencia como os cruzamentos de opressão geram corpos simultaneamente vulneráveis e passíveis de vulnerabilizar outros corpos mesmo no interior de grupos oprimidos); 5) o corpo e a vida são de interesse do poder, mas também a morte. Nesse ponto, faço coro com Achille Mbembe (2018) em seu artigo sobre necropolítica, pois Foucault não dá conta de dimensões que afetam diretamente o povo negro, como o genocídio, o epistemicídio, etc.

Pesquisa-ativista em Negro

CS: In her 1986 essay, Patricia Hill Collins challenges her own discipline to recognize the peculiar contributions of “the outsider within”. Collins (1986: 29) suggests that Black Feminist Thought and its three key themes—meaning of self-determination, the interlocking nature of subjugation, and the importance of Black women’s culture—provide a necessary intervention within sociological paradigms through critical perspectives “not only to the study of Black women, but to some of the fundamental issues facing sociology itself.” Keeping Collins in mind, how do you understand Blackness within the panorama of “*Activist Research in the Americas*”?

MF: Raça é uma antinomia do capital. Uma contradição inerente, tal qual a capital x trabalho. As suas metamorfoses enquanto ideologia de dominação encontram

consequências históricas. Agora elas estão mundializadas, em nuances diferentes, mas mundializadas. O sul global tem uma importância significativa na história mundial da modernidade racializada. É preciso dar suporte às experiências de racialização que podem gerar uma ruptura com o estado das coisas, creio que essa é a importância da discussão.

LR: Eu penso a negritude em uma perspectiva interseccional. Não posso falar do ser mulher negra, por exemplo, partindo apenas do meu olhar e das minhas vivências. Existem outros contextos, outras histórias, outras dores, outras necessidades e sonhos espalhados nas experiências de outras mulheres negras. Contudo, considero essencial o encontro, o diálogo e o compartilhamento de pesquisas entre os sujeitos preocupados e inseridos diretamente na temática. Isso fortalece a nossa ancestralidade, isso fortalece o nosso propósito e a nossa missão!

ARP: A produção intelectual/acadêmica negra no Brasil acerca das questões raciais é feita majoritariamente a partir do engajamento de pesquisadoras e pesquisadores em movimentos sociais organizados. Essa é uma tradição teórica que perpassa toda a produção das mulheres negras em diáspora, tal como defende S. B. dos Santos (2007) no texto “Feminismo Negro Diaspórico”. Esse é um texto de extrema importância, pois nele há uma defesa da experiência como instrumento relevante na produção de conhecimento. Cito:

(...) se a experiência de opressão das mulheres negras nos revela seu status na sociedade e suas condições de vida, e ainda por cima, nos ajudam a compreender as estruturas sociais em que a sociedade está assentada, então tais experiências cumprem um papel epistemológico, pois elas estão funcionando como indicadores sociais das relações entre indivíduos (negros e não-negros, homens e mulheres) vigentes naquela sociedade (Santos, 2007: 13).

Além dessa explícita defesa do papel epistemológico da experiência, Santos (2007) defende que o feminismo negro diaspórico possui quatro temáticas fundamentais. A saber:

1. Legado da luta contra o racismo, o sexismo e a exploração de classe;
2. A busca pela voz;
3. A impossibilidade de separar a análise intelectual da militância;
4. Empoderamento no contexto da vida cotidiana.

Com íntima conexão entre a produção teórica e o ativismo, Santos (2007) aponta para uma fusão entre pensamento e ação. Essa fusão ocorre em obras como as de Lélia Gonzalez (1983, 1988), Sueli Carneiro (2003, 2004) e Jurema Werneck (2005), para citar algumas das importantes produções teórico-ativistas brasileiras. É comum que essas produções ocorram após algum contato com a universidade, o que configura uma forma de resistência antirracista, dado que parte da prática de racismo (de Estado, inclusive) se efetiva pelo epistemicídio que apaga os saberes negros e sua história. Ao trazer essas referências, enfatizo o fato de que *existe uma tradição em pesquisa-ativista negra no Brasil* verificável ao longo do século XX. Ela revela uma relação de proximidade entre os movimentos sociais organizados e a produção intelectual acadêmica negra e tem como produto análises contundentes sobre a realidade social e as aspirações políticas e culturais da população negra brasileira, além do estreitamento de laços afetivos entre diferentes grupos negros.

CS: Desai (2014: 89) writes “[a]s with other hyphenated identities, that of scholar-activist is fraught with tensions depending on which part of the hyphen is privileged and who does the privileging”. With that being said, how do you define activist research? How do you position yourself in relation to that label?

JO: Eu nunca havia pensado que a pesquisa que faço poderia ser chamada de pesquisa-ativista. Provavelmente, já havia ouvido o termo, quiçá com alguma conotação pejorativa e/ou estrategicamente usado para designar uma “subcategoria” de pesquisa. Contudo, desde que a pergunta foi colocada comecei a rever minha trajetória e a pensar nessa nomenclatura. Eu não sou filiada a nenhuma organização, movimento social ou coletivo. Mas minhas questões e pesquisa realizadas na academia surgem e dialogam com questões dos movimentos de pessoas negras, LGTTQIA+ e feminista negro. O meu incômodo com políticas identitárias é que eu como pesquisadora, teórica negra, *queer*, latinoamericana, ou melhor “ameficana” para citar Lélia Gonzalez (1988), não me encaixo em uma ou outra. Tampouco transito entre elas, mas carrego-as no meu corpo, ou seja, todas essas categorias se embrenham e são determinantes nas maneiras que vivo no mundo e experiencio minha identidade sexual, de gênero e racial. Enfim, voltando à pergunta, ao longo principalmente da minha pesquisa de mestrado, na qual me debrucei sobre a produção (po)ética e teórica afro-alemã e os possíveis diálogos com a experiência afro-brasileira partindo da proposição e análise das minhas traduções de poemas afro-alemães percebi que minha produção teórica morre se ficar apenas na academia, pois ela (como eu) nasce, se desenvolve e só faz sentido se compartilhada entre a comunidade negra em diáspora. Vista dessa forma, acredito que a pesquisa-ativista significa para mim

uma qualidade de pesquisa com poder de transformar realidades dentro e fora na academia, de mover estruturas. Uma pesquisa que não se encerra nas conclusões de uma dissertação ou tese, mas que é circular, comunitária e produzida no e pelo corpo negro diaspórico, como já nos ensina nossos ancestrais.

Acho que percebi que minha pesquisa é ativista logo quando no segundo ano de graduação (2009) desenvolvi uma pesquisa de Iniciação Científica sobre Aquisição de Língua Estrangeira que me proporcionou oferecer um curso de inglês na comunidade São Remo, localizada por fora e atrás dos muros da Universidade de São Paulo e, sobretudo, quando traduzi o primeiro capítulo do livro *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism* da escritora e artista interdisciplinar afro-portuguesa Grada Kilomba (2010) e o publiquei na Revista Cadernos de Literatura em Tradução da USP, no dossiê sobre Negritude e Tradução, em 2016. Essa tradução tem média de 500 visualizações por mês de acordo com índices da revista, e recebo, desde essa publicação, muitos relatos de pesquisadoresxs, intelectuais, artistas, professoresxs, psicólogosxs negrosxs que dizem que o texto citado serviu para elxs escreverem seus TCCs⁸, artigos, dissertações e teses, para construir personagens no teatro, que foi usado em processos criativos de artistas das mais diversas linguagens, que o texto foi incluído nos currículos de diversos cursos de pós-graduação, para pautar rodas de conversas, etc. Esse capítulo, juntamente a outra tradução minha da mesma autora, serviu como uma das bases teóricas (que entretanto não cita a tradutora) de uma publicação entre as mais vendidas no ano de 2018 no Brasil. Assim, percebo a importância e alcance do meu trabalho nas comunidades negras das quais faço parte, tudo o que essa e outras traduções significam em termos de acesso e troca epistemológica negra em diáspora. Nesse sentido, minha pesquisa é ativista sim. Mas, ao mesmo tempo, fico pensando em qual não é...

LR: Encaro o ativismo com bastante respeito e seriedade. Faz pouco tempo que me dei conta de que ainda na infância eu já lutava, diariamente, a favor do feminismo, sem nem saber o que era e nem ter ouvido falar sobre feminismo! Entendo que o experienciamento enquanto menina – a filha do meio que foi criada com dois irmãos aprendeu muito cedo o que é machismo – e depois mulher, me possibilitou ser a pessoa que sou hoje. O crescimento e o amadurecimento pessoal e profissional me trouxeram esse recorte racial e junto com ele, o “tornar-se mulher negra feminista”, por não aceitar o que está posto na sociedade em relação ao “papel” das mulheres pretas. Nesse sentido, a pesquisa-ativista é para mim uma busca incessante por algo que me toca profundamente, em minhas vivências, inquietações e dores. É pesquisar,

.....
8. Trabalho de Conclusão de Curso, the undergraduate thesis required for graduating.

questionar, cobrar, lutar e praticar em torno de uma pauta sobre mim, sobre nós! É investigar a partir do meu e do nosso lugar de fala! É buscar o enfrentamento contra o racismo, por meio de estratégias que favoreçam os meus e as minhas também! É uma luta pela mudança ao lidar com fatores sociais que me afetam direta e indiretamente! A minha inserção no Candaces, Grupo de Pesquisa sobre Gênero, Raça, Cultura & Sociedade foi essencial para o meu processo de empoderamento e para me enxergar enquanto uma pedagoga negra que caminha na educação visando transformações socioeducativas.

AM: O termo “pesquisa-ativista” sempre me provocou desconfiança... É óbvio para mim, que a pesquisa que eu realizo defende a minha plena existência e dxs meus-minhas, frente àqueles/as que acreditam que nós não possuímos resistência ontológica. Mas também porque parece que quando falamos nesse termo dá a entender que só existe pesquisa-ativista emancipatória e libertadora. Concordo com Jess, quando ela fala “minha pesquisa é ativista, mas qual não é...”, pois entendo que grande parte das pesquisas realizadas no Brasil por pesquisadores/as brancos/as foram realizadas com o intuito de criar a identidade nacional brasileira enquanto nação mestiça-branca e eram pesquisas ativistas que claramente influenciaram nas políticas raciais anti-negro e anti-indígena no Brasil. O intuito desses/as pesquisadores/as era resolver o “problema negro” no país, e isso não acabou. Para essas pessoas e tantas outras que vieram depois, ainda somos problemas a serem resolvidos... seja em teses e dissertações, em laudos de demarcação de terra ou ao poder máximo da morte. Para mim toda pesquisa é ativista, quando prevê atingir um público maior, para além da academia, seja ela de extrema direita ou com o intuito de dismantlar o sistema-mundo supremacista branco-colonial-patriarcal-capitalista-imperialista.

Entendo que muitas vezes as pesquisas que nós, pessoas negras *queer*, produzimos também são de interesse próprio, mas não individuais, porque estão sedentas pela auto definição – aqui, penso nas palavras da Audre Lorde, Patricia Hill Collins, e outras – sedentas por desfazer o que Y.A. Pizarro (2016) chama de “imagens borradas” ou o que Morrison (1970) chama de “metáforas desqualificadoras”. Nossas pesquisas que tem o objetivo de dismantlar a casa grande, dizem muito sobre encontros e desencontros da diáspora negra, como dizem sobre a materialidade das opressões vivenciadas no cotidiano e também sobre experienciar outras formas de conhecer que escapam do cânone supremacista branco. Pois como explica Guerreiro Ramos (1966): “O negro na versão de seus ‘amigos profissionais’. E dos que, mesmo de boa fé, o vêm de fora, é uma coisa. Outra – é o negro desde dentro”.

ARP: A pesquisa-ativista pra mim significa uma imbricação da pesquisa acadêmica com o corpo e a experiência de quem escreve. Acredito que um pesquisador ou pes-

quisadora ativista precisa estar diretamente implicado/a naquilo que estuda. Isto é, a pesquisa-ativista não tem uma alteridade como objeto, pois a relação entre sujeito e objeto está desde antes fraturada. Sujeito e objeto tornam-se a mesma coisa. Aquele/a que pesquisa é aquele/a que é afetado/a pelo contexto analisado. Na pesquisa-ativista o “distanciamento crítico” não se faz necessário, pois critica-se o contexto no qual se está imerso sem que seja necessário sair dele – como se fosse possível se tornar alheio à vida. É no mundo que vivemos que fazemos nossas pesquisas. É sobre ele que produzimos análises, sobre as relações que estabelecemos com outras pessoas dentro de nossas redes de afeto e fora delas, sobre as tecnologias que produzimos e que nos produzem como sujeitos cotidianamente, etc.

Eu acabo de defender uma dissertação sobre isso chamada *Corpo-memória: pesquisa-ativista, escrevivência, ação estético-política*. Nela, argumento que a pesquisa-ativista, além de se fazer com corpo e experiência, ou é efeito de ou produz resistências estético-políticas nos meios em que é feita. Estética, pois significa enegrecer; política, pois apresenta um posicionamento dissensual frente ao paradigma do racismo ao propor uma redistribuição geopolítica da coloração do espaço acadêmico. Também chamo atenção para o fato de que fazer pesquisa-ativista no Brasil é enfrentar uma academia com um complexo de inferioridade típico de contextos coloniais, pois acredita que somente o que vem da Europa é conhecimento. Enfim, os meus diálogos aí são com Fanon, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, entre outros.

AS: Não sei necessariamente o que significa uma pesquisa-ativista. Acho que tanto na universidade quanto atuando em movimentos sociais o ativismo tem relação com posições radicais, no sentido amplo da palavra. Porque, apesar de buscar trabalhar com autoras negras, com autoras lésbicas e refletir sobre uma série de situações do contexto social, se não há uma mudança efetiva da pesquisadora na maneira como estabelece suas relações econômica/financeira, social e cultural, a “pesquisa-ativista” já falha de princípio. É interessante perceber pesquisadoras pagando por entrevistas em comunidades quilombolas e indígenas, por exemplo, mas isso estabelece uma relação de troca pautada em um dos cerne da questão, que é o capitalismo. E pensando capitalismo aqui como integrante e integrado pelo racismo, pelo sexismo, pelo escravismo, pela exploração de povos demandados pela invenção da modernidade. Ou, para ampliar o exemplo, ativistas que se valem de financiamentos diretos ou indiretos de grandes empresas capitalistas. A questão é: vale marchar por uma causa financiada por empresas que privatizam a água ou causam desastres ambientais, que refletem diretamente na organização de pessoas excluídas do “bolo” do capital? E sabemos objetivamente que isso que chamamos de capitalismo é uma das maneiras de atuar do racismo.

Então quando colocamos o capital no cerne, colocamos também o racismo porque sem essa construção de raça a própria ideia de sociedade do capital como conhecemos hoje jamais existiria. Fica a questão maior: quando falamos de pesquisa-ativista estamos nos referindo somente a como e quais autoras utilizamos, ou vamos escrever (porque infelizmente a pesquisa é entendida a partir da escrita) sobre os chamados subalternizados para “dar voz” (e com essa expressão já acaba todo e qualquer ativismo), ou vamos fazer projetos aleatórios dentro de uma universidade nascida excludente? Porque tudo isso é interessante, mas a efetividade do ativismo está na radicalidade de romper com pessoas e instituições contrárias às nossas “causas”. Foi minha atual pesquisa que me mostrou como meu ativismo está muito aquém do importante, porque pesquisar é corroborar com uma série de instituições exploradoras, excludentes e racistas e os rompimentos são a parte mais difícil de materializar. E eu estou neste momento de questionamento agora, então não creio que a minha pesquisa seja ativista porque não há esse rompimento radical que eu acredito ser fundamental para qualquer ativismo.

MF: Solano Trindade, um importante intelectual brasileiro, certa vez disse algo em torno de “Voltar às raízes e devolver ao povo em forma de arte”. Não sei se exatamente nessa ordem, mas é algo nesse sentido. Sou à inspiração da frase lapidar do mestre Candeia: “O sambista não precisa ser membro da academia, ao ser natural em sua poesia, o povo lhe torna imortal.” Essas frases são, para mim, princípios éticos do meu trabalho enquanto pesquisador. Venho de movimentos sociais, portanto, a validade dos meus estudos não se ligam aos procedimentos de uma banca acadêmica, mas sim, para devolver ao povo em forma de produção científica, rigorosa, mas lastreada por um profundo sentimento de justiça social. Por isso, minha preocupação é construir instrumentos teóricos e dados, colocar a agenda do movimento social para ser pesquisada, averiguada, confirmada ou refutada. É fundamentar a práxis. Rigor científico e paixão militante.

Daqui Pra Frente: Liberdade

CS: My master’s thesis, inspired by questions relating to exclusion and violence affecting Black Americans in the United States, sought to analyze how Black LGBTQI activists constructed ideas of Blackness within their racial justice work in ways that highlighted the expansiveness of such an identity. My doctoral research further builds on this work by using a transnational approach to examine how Blackness is defined by activists from both the United States and Brazil. This project, along with

all of my academic endeavors, is rooted in a commitment to social justice. In a piece coauthored with Dr. David Embrick, we articulate this vocation:

We must be as equally diligent at decolonizing our discipline as well as our societies; we must be as purposeful at standing up to inequalities in our academic departments as well as at hate rallies; we must be active at standing up to racism, sexism, homo/transphobia, and other injustices wherever it may lie (Embrick; Sneed, 2017).

Considering the past questions and the implicit connection between scholar activism and social change, what is social justice and/or freedom and how does it show up in your research?

ARP: A justiça social é um conceito que funciona bem na sociedade capitalista, no sentido de operar no interior de um sistema jurídico que prevê, mas não materializa uma dinâmica de igualdade entre raças, gêneros, etc. A liberdade, por sua vez, é um conceito absolutamente abstrato e intangível, que serve para fins de alienação, normalmente associada a uma noção de felicidade, igualmente abstrata e intangível. Nenhum/a de nós, pessoas negras, tem ou terá liberdade enquanto estivermos em uma sociedade estratificada economicamente de acordo com modelos coloniais de posição social. A minha pesquisa não se detém nesses conceitos.

JO: Liberdade pra mim se reflete na minha pesquisa e é o que minha pesquisa almeja. Liberdade de criar, de pensar, de analisar, sentir, refletir, de errar, de falar, escrever, dançar, de conhecer, de me conhecer, de teorizar, etc. são historicamente negadas a pessoas negras. Desse modo, percebo minha pesquisa como o exercício dessas liberdades.

MF: Justiça social é permitir àqueles que produzem ter acesso ao produto de sua produção, material e simbolicamente. Na minha pesquisa busco estabelecer elementos para que o sujeitos pesquisados tenham mais subsídios para uma atuação de ruptura consequente.

LR: Penso na justiça enquanto busca pela concretização de direitos, na perspectiva da equidade, do justo. Liberdade eu já visualizo em um olhar que vai além disso, é muito mais simbólico. Isto porque nem tudo o que eu quero eu “posso” alcançar, mas tenho lutado diariamente pela liberdade de escolha e de ser o que eu quero para mim e também de buscar o que eu quero para mim! Assim, acredito muito na frase “Liberdade para mim é não ter medo”, de Nina Simone. A liberdade pode ser

alcançada quando o medo não nos paralisa. Então, precisamos correr atrás! Pelo alcance/aproximação da equidade.

Conclusões

Charles R. Hale (2001), em “What Is Activist Research?”, procura não estabelecer uma definição de antemão, mas explorar possibilidades de exercício de uma pesquisa engajada. O termo ativismo, para esse autor, é um adjetivo que qualifica e modifica o modo como os métodos de pesquisa são concebidos e aplicados. Para Hale, isso não significa que a pesquisa-ativista é uma atividade de pesquisa sobre ou com pessoas que são ou se consideram ativistas. Nessa mesma direção, o estudioso não necessariamente se torna um ativista. Então, de acordo com Hale (2001), esses são os pontos imprescindíveis para a pesquisa-ativista:

- a. a pesquisa-ativista nos ajuda a entender as raízes da inequidade, opressão, violência e condições relacionadas de sofrimento humano;
- b. é um tipo de pesquisa feita, desde a concepção até a disseminação, em cooperação com coletivos, organizações ou sujeitos diretamente implicados nessas condições;
- c. é usada, em conjunto com as pessoas implicadas, para formular estratégias para transformar essas condições e conquistar o poder necessário para efetivar essas estratégias.

Assim, pesquisa-ativista combina elementos práticos e teóricos que nos ajudam a pensar a realidade e ao mesmo tempo colocar nossos pensamentos em uso, em ação para a transformação social. Esse é um ensinamento que podemos apreender dos estudos de mulheres negras como Jurema Werneck, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, entre tantas outras. Mulheres reais, tangíveis, que estão ou estiveram entre nossas lutas, nos atos e campanhas que organizamos na militância brasileira há algumas décadas, nos encontros para discutir os problemas e a resistência do nosso povo negro. E são também intelectuais, que nos ajudam a elaborar os problemas que vivemos, caminhando para uma resolução coletiva através de práticas concretas.

Com a pesquisa-ativista, marcamos posição. Posição que precisa ser marcada dentro e fora das universidades, pois um diploma não nos basta. Não encerramos o genocídio sofrido pela população negra com um papel timbrado no interior de um cilindro. Lembro das palavras de Sueli Carneiro (2004) em *O negro errado*:

Alguém escapa ao controle, vence o abandono social, as humilhações cotidianas, a profecia auto-realizadora do fracasso inevitável e, enfim, alcança o sonhado diploma,

o suposto passaporte para a inclusão e mobilidade social. Porém, o mesmo Estado do abandono encarrega-se de executar os sonhos.

Então, a polícia atira. Sem ver beca nem título. Ainda se visse, atiraria. Porque existe um projeto de gestão de vida e morte da população negra em curso. Em alguns casos interessa a vida, mas uma vida limitada, cerceada, marcada pela precariedade e pela subalternidade: alguém precisa limpar o banheiro dos brancos. Em outros casos, interessa a morte. Quando começamos a falar, quando incomodamos por nos erguer a fim de mudanças radicais – lembrem de Malcolm X, de Marielle Franco.

O imaginário racista não vai cair da noite pro dia, e precisamos desenvolver um trabalho minucioso de desconstrução. E esse trabalho vem sendo feito por intelectuais e ativistas negras. Jurema Werneck nos lembra que: “a capacidade de dar nomes às coisas fala de uma situação de poder, de uma possibilidade de ordenar o mundo segundo as próprias bases” (Werneck, 2005: 2), e isso constitui um privilégio branco em nossa sociedade. Privilégio que buscamos romper ao erguer nossas vozes e organizar nossa raiva política e conceitualmente. A voz intelectual e ativista é propositiva no sentido de que repensemos os estereótipos destinados aos negros no imaginário social desse lugar onde vivemos, com números de assassinatos equiparáveis ao de países em guerra, que determina epidermicamente aquele a desfalecer diante de nossos olhos.

A diáspora não é monólito; na verdade, são as diversidades da subjetividade que fazem a diáspora negra - e essa discussão - possível. No entanto, existem tópicos que conectam nossos discursos e lutas. Um desses elementos pode ser descrito como perspectivas críticas e plurais - entendimentos de conhecimento enraizadas nos saberes que emergem da posicionalidade e daqueles considerados acadêmicos, em última instância “ultrapassa(m) os muros” como diz Larissa. Este trabalho incorpora referências complexas e contínuas à ampla gama de dados no mundo, indo além dos marcos ocidentais de “documentação científica”. Tal trabalho, como Jess nos lembra, é constitutivo de subjetividades incorporadas ligadas à experiência pessoal e comunitária; sentimentos afetivos que emergem dos engajamentos corporais e das interações institucionais; e lembranças ancestrais muitas vezes apagadas, mas ainda presentes através de tradições culturais, orais e diaspóricas, que informam entendimentos coletivos e individuais do mundo. Como Marcio apontou, é imperativo que todos os estudiosos - especialmente os do norte global - reconheçam que o Sul Global tem uma grande importância na história mundial da modernidade racializada, um impacto que pode oferecer conhecimentos transformadores e contestações às desigualdades vividas.

Após essas rearticulações do conhecimento, essas discussões iluminam a natureza dinâmica da teoria do “escurecimento”. Embora cada pessoa tenha demonstrado

uma conexão com diferentes estruturas teóricas, esses pensamentos podem ser vistos como indicativos de 1) a força intelectual de estudiosos e disciplinas muitas vezes incompreendidos ou mal concebidos como não-teóricos; 2) as múltiplas possibilidades da teoria - descritas por Andiar como algo que “pode ser resultado de uma elaboração distanciada, objetiva e neutra” e é um processo de criação epistemológica que deve estar em conversação com temas de poder, estrutura, e as experiências e alternativas encontradas entre e dentro das populações. Seguindo as palavras de Amanda, isso é feito “com o intuito de dismantelar o sistema-mundo supremacista branco-colonial-patriarcal-capitalista-imperialista”. “É ativista, mas qual não é...”. E continua questionando nosso trabalho, como Ariana pratica aqui, e a dos coletivos e instituições para que cada vez possamos nos aproximar das imaginações radicais que orientam nosso trabalho.

Referências

- Anzaldúa, Gloria (2012). *Borderlands / La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco, USA: Aunt Lute Books.
- Berger, Dan (2016). Subjugated Knowledges: Activism, Scholarship, and Ethnic Studies Ways of Knowing. In *Critical Ethnic Studies: A Reader* (pp. 215-227) edited by Critical Ethnic Studies Editorial Collective. Durham: Duke University Press.
- Bosi, Ecléa (1999). *Cultura de massa e cultura popular: Leituras de operárias*. Petrópolis: Vozes.
- Braga, Júlio (1980). *Contos afro-brasileiros*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia.
- Butler, Octavia E. (1993). *Parable of the Sower*. New York: Grand Central Publishers.
- Carneiro, Sueli (2003). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. En *Racismos contemporâneos* (pp. 49-58), editado por Takano Cidadania. Rio de Janeiro: Ashoka Empreendimentos Sociais.
- Carneiro, Sueli (14 de fevereiro de 2004). O negro errado. *Geledés*. Recuperado de <https://www.geledes.org.br/o-negro-errado-por-sueli-carneiro>
- Christian, Barbara (1988). The Race for Theory. *Feminist Studies*, 14(1), 67-79.
- Collins, Patricia Hill (1986). Learning from the Outsider Within: The Sociological Significance Of Black Feminist Thought. *Social Problems*, 33(6), 514-532.
- Crenshaw, Kimberle (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1(8), 139-167.

- Da Silva, Ana Célia (2004). *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: EDUFBA.
- Desai, Manisha (2014). The Possibilities and Perils for Scholar-Activists and Activist-Scholars: Reflections on the Feminist Dialogues. En *Insurgent Encounters: Transnational Activism, Ethnography, and the Political* (pp. 89-107), editado por Jeffrey Juris; Alex Khasnabish. Durham: Duke University Press.
- Ellison, Treva; Green, Kai M.; Richardson, Matt; Snorton, C. Riley (2017). We Got Issues: Toward a Black Trans* /Studies, *Transgender Studies Quarterly*, 4(2): 162-169.
- Embrick, David; Sneed, Chriss (2017). Sociology as a Discipline and an Obligation. *Contexts*. Retrieved from <https://contexts.org/blog/after-charlottesville/#EmbrickSneed>
- Fanon, Frantz (2008) [1952]. *Black Skin, White Masks*. NY: Grove Press.
- Furtado, Odair (2009). *A dimensão subjetiva da realidade*. São Paulo: Cortez.
- Glasberg, Davita Silfen (2012). Sociologists Without Borders and the Meaning of “Without Borders”: The Social Construction of Organizational and Scholarly Boundaries. *Societies Without Borders*, 7(4), 386-396. Retrieved from <https://scholarlycommons.law.case.edu/swb/vol7/iss4/2>
- González, Lélia (1983). Racismo e sexismo na cultura brasileira. En *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos* (pp. 225), editado por Carlos Rodrigues da Silva; Peter Fray; Carlos Vogt; Maurizio Gnerre; Bernardo Sorj; Anthony Seeger. Brasília: ANPOCS.
- Gonzalez, Lélia (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, 92/93, 69-82.
- Guerreiro Ramos, Alberto (1966). O negro desde dentro. En *Teatro experimental do negro: testemunhos* (pp. 128-135), editado por Abdias do Nascimento. Rio de Janeiro: GRD.
- Hale, Charles R. (2001). *What is activist research?* Austin: University of Texas. Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/313514894_What_is_activist_research
- Hooks, Bell (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Jordan, June (2003). Report from the Bahamas, 1982. *Meridians*, 3(2), 6-16.
- Kilomba, Grada (2010). *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast Verlag.
- Luz, Narcimária (Ed.) (2013). Descolonização e educação por uma epistemologia africano-brasileira. En *Descolonização e educação: diálogos e proposições metodológicas* (pp. 19-32). Curitiba: CRV.

- Machado, Vanda (2002). *Mitos afro-brasileiros e vivências educacionais*. Salvador: EDUFBA-SMEC.
- Mbembe, Achille (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção política da morte*. São Paulo: n-1 edições.
- Morrison, Toni (1970). *The Bluest Eye*. New York: Holt McDougal.
- Munanga, Kabengele (2018). *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3 Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ. Recuperado de <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>
- Pizarro, Yolanda Arroyo (2016). *Las negras*. Scotts Valley: CreateSpace Independent Publishing.
- Oliveira, Eduardo (2009). Epistemologia da ancestralidade. *Revista de Sociopoética e Abordagens Afins*, 1(2), 1-10. Recuperado de <http://www.entrelugares.ufc.br/phocadownload/eduardo-artigo.pdf>
- Ribeiro, Djamilá (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Justificando.
- Santos, Beatriz (2007). Feminismo negro diaspórico. *Gênero*, 8(1), 11-26.
- Sharpe, Christine (2016). *In the Wake: On Blackness and Being*. Durham: Duke University Press.
- Spillers, Hortense J. (2003). *Black, White, and in Color: Essays on American Literature and Culture*. Chicago: University of Chicago Press.
- The Chronicle of Higher Education (2018). What the ‘Grievance Studies’ Hoax Means. *The Chronicle of Higher Education* [Blog post]. Retrieved from <https://web.archive.org/web/20181010122828/https://www.chronicle.com/article/What-the-Grievance/244753>
- Vigotsky, Lev S. (2001). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Werneck, Jurema (2005). De Ialodês y feministas. Reflexiones sobre la acción de las mujeres negras en América Latina y el Caribe. Recuperado de <https://glefas.org/download/biblioteca/feminismo-antirracismo/Jurema-Wernerck.-De-Ialodes-y-feministas.pdf>
- Wynter, Sylvia (2003). Unsettling the Coloniality of Being/Power/Truth/Freedom: Towards the Human, after Man, Its Overrepresentation – An Argument. *CR: The New Centennial Review*, 3(3), 257-337.